

Concurso de Resenhas Prof. Dorival da Costa

Nome: Flávia Fernanda Carvalho Motta	
Curso: Tecnologia em Design de Interiores	Campus: PAP Itajubá – MG
Modalidade do curso: EAD	E-mail: flaviafcmotta@gmail.com
Livro resenhado: Tópicos de história antiga oriental. JOÃO, Maria Thereza David. Curitiba: Intersaberes, 2013.	

1 Credenciais da autora

Maria Thereza David João é graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em História Antiga pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), onde defendeu sua tese sobre o Estado e as elites locais no Egito Antigo. Tem diversos artigos publicados em sua área de estudo e, atualmente, é professora de disciplinas de História no Centro Universitário Internacional Uninter.

Em *Tópicos de História Antiga Oriental*, a autora escreve para professores e alunos. Para alcançar seu público-alvo, com perfis distintos, sua escrita é leve e fluida, pincelando aspectos do assunto abordado de maneira didática e criteriosa. Seu objetivo é mostrar um pouco do trabalho do historiador para reconstruir o passado da sociedade. Para tanto, a autora parte de tópicos específicos sobre a história antiga oriental, focando em duas grandes civilizações: a egípcia e a mesopotâmica.

2 Conclusões da autora

Maria Thereza afirma não existir “verdade absoluta” quando se trata de reconstruir o passado, mas vestígios materiais a partir dos quais o historiador procura responder a questões específicas de uma sociedade em determinada época. Por meio de fontes escritas, visuais e arqueológicas, o historiador tenta tornar coerente seu relato de um passado que, por vezes, não pode ser resgatado de fontes primárias, de modo que haverá sempre lacunas por ausência de fontes que comprovem integralmente os fatos descritos. Os homens do Egito Antigo e da Mesopotâmia há muito morreram, e o que se sabe sobre essas civilizações vem de registros que sobreviveram ao tempo, os quais precisam ser analisados com rigor metodológico. No entanto, as respostas encontradas não podem ser consideradas irrefutáveis, pois baseadas em evidências não desprovidas de intencionalidade. Por isso, cabe ao leitor compreender que, ao

ler sobre a história de uma sociedade, deve fazê-lo criticamente, entendendo se tratar de uma versão e não da verdade pura e simples.

Do meu ponto de vista, esta é a grande contribuição da autora, pois conscientiza sobre como é escrita a história que aprendemos nos bancos escolares, nos livros e na internet, tornando-nos mais críticos, especialmente em relação a trabalhos sem o embasamento de fontes autênticas e confiáveis. Numa época em que o excesso de informação nos chega a todo momento dos mais variados locais, muitos completamente anônimos — como é o caso das redes sociais —, este trabalho se mostra atual e levanta questões menosprezadas por muitos leigos ativos no compartilhamento de informações falsas. O historiador segue uma metodologia rigorosa no seu trabalho, sempre a partir de fontes materiais. Assim como a nossa memória é seletiva, o que não nos permite confiar cegamente no relato de uma experiência, também as fontes históricas foram produzidas do ponto de vista de alguém, normalmente de estrato social dominante. Portanto, a leitura de fatos históricos deve considerar a intenção do emissor e da mensagem transmitida.

3 Digesto ou conhecimento

O livro é dividido em quatro capítulos. Os três primeiros destinam-se, respectivamente, à política, à economia e à religião do Egito e da Mesopotâmia. No quarto capítulo, apresentam-se as fontes de pesquisa à disposição do historiador: arqueológicas, visuais e escritas. Ao fim de cada capítulo há indicações culturais a serem consultadas, exercícios de autoavaliação, questões para reflexão e atividade prática, as quais o leitor pode fazer, ou que podem ser aplicadas em sala de aula pelo professor. Com essa estrutura, o leitor tem acesso a um pouco da história antiga oriental enquanto discute como se chegou a essas informações.

No primeiro capítulo, sobre política, a autora aborda a diferença do conceito moderno de burocracia daquele praticado na história antiga. Enquanto, contemporaneamente, a burocracia se refere ao corpo de funcionários organizados hierarquicamente e em funções específicas a serviço do Estado, na história antiga oriental existia a chamada burocracia patrimonial, baseada nas relações pessoais com o rei, que escolhia seus “servidores” para diversas atividades. Segundo a autora, essa distinção é necessária para evitar o senso comum segundo o qual não havia burocracia nas civilizações antigas orientais.

Em seguida, parte-se para uma apresentação da monarquia faraônica, seu significado, suas fases e alguns faraós de destaque. Segundo Maria Thereza, o termo *teocracia* — a

existência de um governante divinizado — foi deixado de lado ao tratar da política egípcia. O faraó, embora concentre o poder de chefe do exército, do executivo e de sumo sacerdote de todos os deuses, passa a ser visto em sua natureza dual: divino e humano. Desta maneira, ele é interpretado como um ser humano, sujeito a limitações, que, ao exercer seu ofício, especialmente em rituais e cerimônias, “enche-se” da mesma divindade dos deuses. Seu papel principal era manter a ordem, a *maat*, e evitar o caos, o *isfet*, garantindo os ciclos diários da natureza e evitando que o sol despencasse do céu:

Segundo a mitologia egípcia, o faraó era o representante dos deuses na terra e o encarregado de manter a *maat* no mundo visível. Para garantir a ordem, o monarca egípcio — que era o único intermediário entre deuses e homens — oferecia, diariamente, oferendas às divindades nos templos para que, em troca, elas pudessem beneficiar o povo egípcio com a sua complacência e permitir a continuidade do *status quo*. Esse princípio possibilitava a coesão social sob o cajado do faraó, legitimando, dessa forma a sua autoridade sobre os súditos (JOÃO, 2013, p. 21).

Isso não significa que não houvesse questionamento por parte dos súditos quanto às ações dos faraós, apenas ausência de registros da população dominada. Os períodos da monarquia faraônica — Reino Antigo, Médio e Novo — foram marcados pela centralidade do poder do faraó, mas, os períodos intermediários entre um reino e outro se caracterizavam pelo enfraquecimento do faraó, por invasões estrangeiras e por divisões internas, o que corrobora a ideia de que a autoridade do faraó não era inquestionável.

Diferentemente do Egito, a história política da Mesopotâmia se caracteriza pelas cidades-Estados independentes. É uma civilização composta por diferentes povos e várias conquistas. Nela, havia também um soberano divinizado e a monarquia era lei divina. Talvez por conta da fragmentação política da Mesopotâmia, com seus inúmeros povos se alternando no poder, a autora apenas pincele alguns tópicos, numa descrição mais superficial, se comparada com a Egípcia.

No segundo capítulo, sobre economia, vemos que os recursos hídricos são primordiais para o desenvolvimento econômico das duas regiões. Nesta época não havia moeda nem relações capitalistas. As cheias do Nilo, no Egito, e do Tigre e do Eufrates, na Mesopotâmia, permitiram a prática da agricultura. Tais civilizações desenvolveram sistemas complexos de irrigação, tornando suas regiões férteis em meio a terras estéreis. A autora apresenta algumas discussões sobre o papel dos templos e do palácio na centralização econômica e às formas de apropriação privada do solo. Um ponto interessante diz respeito à escravidão. Ao contrário da história moderna, a escravidão naquela época não ocorria por subjugação de uma “raça dita

inferior”, mas por guerra, por condenações judiciais e por dívida. No entanto, os escravos não formavam a base da economia e possuíam alguns direitos assegurados.

O terceiro capítulo aborda a religião, intrinsecamente ligada à política e à economia das civilizações aqui representadas. Ao falar de religião egípcia, a autora explora a relação deste povo com a morte e a existência de inúmeros mitos. De acordo com Maria Thereza, a religião estava relacionada à observação da natureza e seus ciclos, de maneira que cada deus personificava um elemento vital à sobrevivência, a exemplo do sol e das cheias do Nilo. A crença na vida após a morte levou à construção de tumbas grandiosas cheias de pertences, as quais serviram de fonte para a pesquisa histórica acerca do Egito. Semelhantemente, a religião na Mesopotâmia é marcada por mitos e uma infinidade de divindades. A morte era ponto de não retorno, de escuridão. Nas duas civilizações é comum a presença de templos, nos quais somente os sacerdotes podiam entrar para prestar cuidados e oferendas aos deuses. Em alguns aspectos, as formas de adoração lembram o Antigo Testamento, o qual também estipula regras para acesso ao templo, oferendas a Deus e manutenção dos objetos sagrados.

Por fim, no quarto capítulo, descrevem-se as fontes disponíveis ao historiador para reconstrução do passado de uma sociedade. Tais fontes englobam achados arqueológicos, recursos visuais e escritos, cada qual com suas características e relevância. A depender do objeto de estudo, o historiador pode focar em um tipo ou em todos eles. O importante é sempre questionar e procurar relações entre os diversos achados, lembrando que “somente podemos obter do passado o que ele próprio nos fornece” (p. 106).

4 Críticas da resenhista

O livro cumpre seu objetivo de introduzir o leitor a aspectos históricos de duas civilizações antigas orientais. Como o título define, trata-se de apresentar tópicos, não um estudo aprofundado. O estilo é direto e simples, de fácil leitura para seu público-alvo: estudantes e professores. Considero que poderia haver um subtítulo para mostrar de antemão que o foco da abordagem é o Egito e a Mesopotâmia. As questões para reflexão e as atividades práticas colaboram diretamente com o objetivo da autora de mostrar o trabalho do historiador e os cuidados que deve ter em sua profissão, especialmente quanto ao rigor metodológico para análise de suas fontes.

5 Indicações da resenhista

Embora direcionada a alunos e professores, especialmente da área de História, o livro pode ser boa fonte de informação para aspirantes a arqueólogos, comunicadores e estudiosos das artes. Novamente, o leitor não deve esperar um estudo aprofundado sobre as civilizações antigas orientais, por se tratar de tópicos focados em dois povos. Isto significa que o livro proporciona boa aproximação dos assuntos abordados, cabendo ao leitor buscar fontes extras de informação, caso se interesse por algum aspecto específico. Para o estudioso das artes, por exemplo, é uma leitura interessante especialmente no que se refere às fontes visuais: antes da linguagem escrita, o homem se comunicava por meio de desenhos, muitos produzidos no Egito e na Mesopotâmia, dando início à história da arte. Ao entender um pouco sobre a política, a economia e a religião dessas civilizações o estudante amplia seu universo de referência, o que pode se refletir no seu entendimento dessas fontes visuais e de sua importância para o desenvolvimento das Artes. Por fim, fica a reflexão de que devemos observar a autoridade da fonte das informações que nos chegam, seu embasamento e até mesmo as lacunas não respondidas. Neste sentido, o leitor pode usar as reflexões trazidas pela autora para outras áreas, a exemplo dos meios de comunicação oficiais e não oficiais, evitando, assim, a construção e a difusão de “verdades absolutas” frágeis e direcionadas para finalidades obscuras.